

A INSTRUÇÃO PÚBLICA E A PRIMEIRA HISTÓRIA SISTEMATIZADA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Clarice Nunes

Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma leitura da nossa primeira história sistematizada da educação brasileira: *Instruction Publique au Brésil — Histoire et Législation* (1889), centrada no combate à libertinagem na cidade do Rio de Janeiro e na defesa de uma ampla reforma pública dos costumes na sociedade brasileira. Contudo, apesar de esse livro ser o primeiro em ordem cronológica de publicação e trabalhar com uma temática central da nossa história da educação, não se constitui em obra fundadora dessa área de conhecimento como disciplina escolar.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO — INSTRUÇÃO PÚBLICA

ABSTRACT

PUBLIC SCHOOLING SYSTEMIZED HISTORY OF BRAZILIAN EDUCATION. This article presents a reading of our first systematic history of education in Brazil *Instruction Publique au Brésil — Histoire et Législation* (1889). Key to this reading is the combat against the libertine habits in the city of Rio de Janeiro as well as the defense of wide reforms in Brazilian society. The conclusion is that, in spite of being the first book on a central theme on the history of education in Brazil, it is not a seminal work in the area of school discipline.

O objetivo deste artigo é apresentar uma leitura da primeira história sistematizada da educação brasileira, *Instruction Publique au Brésil — Histoire et Législation* (1889), de autoria do médico José Ricardo Pires de Almeida. No ano de seu centenário, essa obra mereceu uma reedição pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, do MEC, e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com tradução de Antonio Chizzotti.

A leitura que apresentamos foi empreendida no âmbito da pesquisa que estamos desenvolvendo e que pretende desvelar a historicidade dos livros de história da educação, com o intuito de examinar certos ângulos do processo de construção dessa área do conhecimento como disciplina escolar¹. Ela é o produto não só de um esforço que opera por aproximações sucessivas, isto é, que implica o estudo extensivo e intensivo dos livros analisados, mas também do pensamento que estabelece relações e interroga os livros em busca da sua peculiaridade e, ao mesmo tempo, da rede de significados da sociedade e da época de que estão impregnados.

O livro de história da educação escrito por José Ricardo Pires de Almeida é peça isolada de produção mais ampla, como o foram os livros de história da educação produzidos por Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947) e Raul Briquet (1887-1953). Ao lado de ambos, José Ricardo Pires de Almeida se insere no rol dos médicos e historiadores da educação no país.

Como homem situado no seu tempo e como médico higienista, a sua grande e dramática questão era a decadência dos costumes, questão essa que encontrava eco nos estudos de especialistas de Direito Penal, nos romances e nos contos de preocupação didática, e nas propostas pedagógicas dos Diretores de Instrução Pública, entre outros. Afinal, a “constatação” angustiante da degenerescência do brasileiro atingia toda uma geração de letrados, que pretendia constituir a nação. Se alguns dentre eles, em prol dessa causa, escreveram livros didáticos e promoveram reformas pedagógicas, outros, à frente da avaliação do regime republicano, compartilharam a desilusão iluminista que assolou as elites, preocupadas com a identidade nacional e com a qualidade de sua intervenção na vida pública, nos primórdios do nosso século.

A necessidade da virtude, por oposição à libertinagem, encontrou sua referência num modelo organicista que teve no corpo a sua mais ampla analogia. Nessa imagem, muitos ângulos foram construídos; pensamentos e atitudes cruzaram-se, numa certa forma de interpretar o Brasil. As metáforas do corpo constituíram não só o melhor veículo de expressão daquela necessidade, mas também a forma mais acabada de responder às questões incômodas colocadas pela existência concreta do povo, que a passagem do século trazia vigorosamente à tona. O combate à libertinagem teve nos médicos líderes de primeira hora que se esmeraram na determinação de medidas de higiene e profilaxia, cujo alvo privilegiado era, sobretudo, o cotidiano das classes trabalhadoras.

Nesse caldo cultural, a capital política do país foi o *locus* privilegiado de aplicação de tais medidas, que se complementavam com a defesa e a difusão da instrução pública. Na relação que os intelectuais urbanos do Rio de Janeiro estabeleceram com a modernidade, forjou-se a convicção de que o discurso da cidade era um discurso para todo o país. Quem dizia e escrevia o Rio, dizia e escrevia uma necessidade nacional. Daí que uma das características da produção discursiva desses intelectuais passou a ser a projeção do país no espaço da cidade e vice-versa. Portanto, não era acidental que, de um lado, o espaço da cidade se sobrepusesse ao espaço do país e que se alternassem as duas faces da modernidade, tecidas pelos problemas reais ou imaginários, que as políticas de intervenção dos intelectuais urbanos procuravam resolver: de um lado, a instrução pública; de outro, a libertinagem.

Na primeira história sistematizada da educação brasileira, essas duas faces ganham forma, ora pela exposição, no caso da instrução pública, ora pelo ocultamento, no caso da libertinagem. O livro de José Ricardo Pires de Almeida é uma resposta às questões que ele próprio formula na sua prática médica e que ganham expressão mais acabada noutro livro de sua autoria, *Higiene moral — Homossexualismo (A libertinagem no Rio de Janeiro)*, publicado em 1906. Se nesse segundo livro o autor privilegia o espaço da cidade, no primeiro ele promove a generalização de propostas originárias da análise que faz das relações sociais no espaço urbano carioca para o país, num exercício projetivo que apresenta a educação como solução para todos os males reais e imaginários da nação.

INSTRUCTION PUBLIQUE AU BRÉSIL, OU DA NECESSIDADE DA VIRTUDE

A primeira história sistematizada da educação brasileira foi destinada aos leitores europeus e não aos educadores brasileiros. Elaborada para oferecer uma imagem da educação brasileira nos congressos pedagógicos internacionais, frequentes no final do século XIX, foi escrita em francês e dedicada “a sua alteza

1 A pesquisa denomina-se *Visões da História da Educação* e conta com bolsas de pesquisa fornecidas pelo CNPq e pela Pró-Reitoria de Pesquisa da UFF (PROPP). Trabalhamos com os alunos bolsistas de iniciação científica Carlos Pereira Júnior, Cristiane Gonçalves de Souza, Júlio Cláudio da Silva, Oswaldo V. da Silva Jr. e Simone Zied Pinheiro; com os alunos bolsistas de aperfeiçoamento Maria Christina Esteves da Costa e Rubens Luiz Rodrigues; com a aluna de pós-graduação *lato sensu* Sônia Câmara; com os alunos de pós-graduação *stricto sensu* Inês Ferreira, Jorge Antonio da Silva, Rangel e Luciana de Oliveira Silva Pazito Alves. Alguns professores interessados na pesquisa, pertencentes ou não ao corpo docente da UFF, também a têm acompanhado de perto e contribuído para enriquecê-la; são eles: Armando Martins Barros, Daisy Guimarães de Souza, Kátia Pegorim Peixoto, Maria Cecília Dourado e Haydée da Graça F. de Figueiredo.

real Sr. Gastão d'Orleans, conde D'Eu, Marechal do Exército brasileiro", que reunia, na visão do autor, as virtudes do príncipe e as qualidades do herói.

O tradutor Antonio Chizzotti constrói na Apresentação uma breve imagem do seu autor: o dr. José Ricardo Pires de Almeida é apontado como nacionalista, monarquista, conservador e entusiasta da educação². Enfim, nas palavras de Chizzotti, foi "um intelectual típico da sua geração". A síntese das qualidades do autor é justamente o ponto de partida das nossas reflexões, sendo que o qualificativo "típico" condensa, por certo, outros atributos além dos que lhe conferiu o tradutor.

Ser um intelectual típico, no final do século XIX, é falar de um ponto de vista particular: da elite branca, proprietária e letrada, com uma atitude intelectual característica, iluminista. É também possuir uma atuação polivalente que, no caso de Pires de Almeida, passa principalmente pelo jornalismo, pelo teatro, pela arquivística, pela biblioteconomia e pela medicina. É participar de um espaço de eleitos, escolhidos a partir das suas relações sociais que, sem vivenciar debates universitários — pois ainda se discutia a criação de uma universidade no Brasil —; faziam parte de instituições criadas nos moldes das academias ilustradas européias, ou viviam à sombra delas. Pires de Almeida foi membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e integrante da Academia Nacional de Medicina.

Esse contexto institucional condiciona, de saída, o projeto da intelectualidade à qual Pires de Almeida está vinculado, e que ele já explicita nos comentários finais de seu livro: "investigar detalhadamente as questões obscuras que interessam às origens nacionais" (1989. p.307). Dar conta da gênese da nação brasileira, inserindo-a numa tradição de civilização e progresso, foi a tarefa do IHGB quando se propôs a traçar o retrato do país (Guimarães, 1988. p.8). Para traçar esse retrato, Pires de Almeida optou pelo vetor da educação.

Foi o desejo de tornar visível o Estado "mais importante, mais vasto, mais rico e populoso da América do Sul", em contraposição à "pretensão superioridade" da República Platina, presente nos livros dos escritores internacionais que ignoravam as realizações educacionais da Monarquia no Brasil, que o motivou para a empreitada de escrever 1102 páginas (na edição original). Nelas, munido de despachos, relatórios ministeriais, correspondências, avisos, requerimentos, cartas-régias, alvarás, registros diversos, além de inúmeros quadros estatísticos, procura derrubar o preconceito contra o Império e oferecer uma espécie de fotografia da educação brasileira. Nesse sentido, *Instruction Publique au Brésil* é uma obra visceralmente comprometida, apesar da afirmação positivista da imparcialidade, da busca da verdade e da sua revelação nos fatos.

Como médico, Pires de Almeida projeta, na sua narração, a concepção de modernidade presente na área médica no final do século XIX, cujas características podem ser sinteticamente extraídas dos temas,

do estilo, das "leis" que regem a escrita, da identidade que reivindica. Os temas centrais de sua área eram a vida e a morte, as escolhas éticas, as decisões terapêuticas e as regulamentações institucionais; o estilo quase sempre descritivo, minucioso, o tom, moralista; as regras sustentadoras da argumentação eram os cálculos matemáticos, as experiências de laboratórios e medições testadas por instrumentos, o raciocínio quase sempre encaminhando por pares opostos como sujo/limpo, doente/sadio. Finalmente, os médicos elaboravam um novo tipo de identidade que passaria necessariamente pela instrumentalização da ciência (Herschmann, 1993. p.55).

Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, médico adjunto da Inspetoria Geral de Higiene, autor de diversas obras médicas que incluem discussões metodológicas específicas, relatórios descritivos de epidemiologias, preceitos higiênicos dirigidos às mulheres, análise das condições de gêneros alimentícios, habitações, águas e estações climáticas, além de descrições de fórmulas terapêuticas acompanhadas de indicações diversas, o autor em questão faz da "higiene moral" o instrumento de diagnóstico da cidade e, dentro dela, das classes trabalhadoras e de seus filhos.

Quando discute a gratuidade escolar e se posiciona contra sua generalização indiscriminada — por acreditar que isso ocasionaria não só a indiferença dos beneficiados, incapazes de valorizar uma instrução obtida sem sacrifícios, mas também a atenuação dos cuidados paternos sobre a criança, já que os pais se veriam desobrigados de tal tarefa com a presença dos filhos na escola —, é que Pires de Almeida oferece uma imagem peculiar da capital do Império.

Nas cidades em geral e no Rio de Janeiro em particular há dois elementos presentes: uma classe média inteligente e, em geral, voltada para o bem e classes inferiores muito miscigenadas, beirando em alguns pontos a classe média, mas quase todas possuindo um fundo hereditário de depravação que transparecerá nas ocasiões de faltas e maus exemplos (...) Já se conhece como são os filhos desses pais: pálidos, fracos, mal-nutridos; trazem em seu rosto um descaramento precoce; instintos perversos

2 Nota-se nessa reedição a ausência de informações biográficas sobre o autor, que a nossa pesquisa procurou recuperar. José Ricardo Pires de Almeida nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 7/12/1843. Era filho do dr. Joaquim Pires Garcia de Almeida e de dona Maria Luísa Pires (depois Luísa Arnat). Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, após estudar três anos de Direito em São Paulo. Serviu no antigo Instituto Vacínico como comissário vacinador nas freguesias de Inhaúma e Irajá. Foi arquivista da Câmara Municipal e Adjunto da Inspetoria Geral de Higiene, onde também dedicou-se aos serviços de arquivo e biblioteca dessa repartição. Participou da Campanha do Paraguai como médico. Dedicou-se à literatura desde os treze anos, quando ainda era estudante. Colaborou em vários jornais: *Provincia de São Paulo*, *Correio Paulistano*, *O Futuro*, *O Diário do Rio de Janeiro*, *Gazeta de Notícias*, *Gazeta Universal*, *Agricultor*, *Mãe de Família*, *Jornal do Comércio* e outros. Faleceu em 24/9/1913.

já se apropriam do coração desses pequenos seres, que fumam, como adultos e não hesitam diante de um copo de pinga. (1989. p.93-4)

Essa forma de olhar a cidade e seus habitantes mais pobres desenha uma percepção contraditoriamente pessimista do próprio progresso que, afinal, se apresenta inevitável para a sua geração. No estudo que dedica à análise da libertinagem no Rio de Janeiro, afirma que “a civilização não se desenvolve, infelizmente, sem o grande cortejo dos vícios” (1906. p.45). Nessa obra, que faz admirável contraponto e, ao mesmo tempo, complementa aspectos das análises presentes na *Instruction Publique au Brésil*, o autor usa a história para denunciar, classificar a devassidão e avaliar suas conseqüências. Enquanto recolhe exemplos de libertinagem, que se iniciam com os hebreus e passam por outros povos antigos e primitivos, pelas nações européias modernas, pelos indígenas brasileiros e pelos modestos habitantes da cidade carioca, ele tece um quadro hierarquizado da depravação que inclui o incesto, o adultério, a poligamia, a prostituição, a pederastia e o lesbianismo.

Os vícios são esquadrinhados por *alguém*, como ele se qualifica nessa obra, que esmiuça os segredos mais vergonhosos aos quais se entrega o devasso. A missão do médico-filósofo, como ele se auto-intitula, é salvar os menos corrompidos mediante o fortalecimento da razão, utilizada contra os desejos violentos e os instintos sórdidos, tudo em nome “da sã moral e do interesse da família fluminense” (1906. p.3).

O que degradava o homem? Se Pires de Almeida não explicitou essa questão na *Instruction Publique*, ele a colocou e respondeu em *Higiene moral — Homossexualismo (A libertinagem no Rio de Janeiro)*. O que degradava o homem era a alimentação excitante ou picante, o apetite venéreo, a imaginação viva e ardente, a contínua aproximação dos sexos pela linguagem, pelo contato da pele, pelas mil e uma maneiras naturais ou simuladas dos sexos se agradarem mutuamente (1906. p.2). Mas não apenas isso.

O que também degradava o homem eram os bailes populares, que começaram a funcionar com a licença da polícia em 1842, os cafés-cantantes e a organização das sociedades carnavalescas. Ao contrário do seu colega, Dr. Ferraz Macedo, Pires de Almeida isentava o teatro da acusação de ser uma das causas principais da dissolução dos costumes. Afinal, dizia, se o teatro provocava o crescimento da prostituição feminina, pelo menos o fazia em detrimento da prostituição masculina, qualificada também por ele de “prostituição da prostituição” (1906. p. 2,48-50).

Escritor de inúmeras peças teatrais, inclusive de uma comédia (!) intitulada *A Educação*, Pires de Almeida fazia da defesa do teatro a defesa da prostituição feminina. Sua posição nesse assunto, após minuciosa análise que apontava não só o crescimento da prostituição na cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX, mas ainda o crescimento da prostituição nacional, em detrimento da estrangeira, era a mesma da Academia Nacional de Medicina à época:

cabia ao Estado regulamentar a prostituição e incentivar a profilaxia pública da sífilis. De fato, diz ele:

Não se deve aferir da moralidade ou imoralidade de uma cidade pelo maior ou menor número de mundanas. Na espécie, o fato dá-se na razão inversa. Quando a prostituição pública é em grande número, luxuosa e opulenta, a castidade do lar é a regra. (1906. p.58-9)

Mais uma vez a leitura de *Higiene moral* ilumina a defesa veemente que Pires de Almeida faz, na *Instruction Publique*, da família brasileira. Afirma o autor nesta última:

A família brasileira é chamada a tornar-se um dia o centro intelectual do mundo: as grandes nações da Europa esgotar-se-ão em lutas intestinas e não deixarão, numa larga série, lembranças análogas às que nos deixaram os povos da Grécia. Os Estados Unidos, entregues inteiramente ao positivismo da matéria, voltar-se-ão para o novo farol que os séculos terão acendido no Brasil. Com homens bem educados e suficientemente instruídos, mulheres cuidadosamente educadas, as famílias desfrutarão do bem-estar, da consideração e da felicidade que merecem; neste meio, não vingarão os fatores da perturbação social; haverá apenas corações animados pelo amor da pátria e da família, que estarão prontos a defender. (1989. p.305)

A discussão em torno da bipolaridade prostituição/família desvenda também algo subentendido na distinção que o autor faz entre instrução e educação. Como ele salienta em *Instruction Publique*, a boa educação precede e acompanha a instrução que, na sua acepção, não seria tudo nem mesmo o principal na vida dos indivíduos (1989. p.304). Essa distinção, que atravessa também a discussão sobre a concepção do ensino secundário, já no final do Império, e que se dicotomiza na defesa ora de sua função preparatória à Universidade, ora de sua função formativa — como analisa Geraldo Bastos Silva em seu livro *A Educação secundária* (1969) —, tem, na visão de mundo de Pires de Almeida, um significado peculiar³. O que está no fundo da distinção instrução/educação é o acompanhamento, a vigilância, a orientação das condutas e práticas sexuais. Esse aspecto tem tanta força que leva o autor na sua obra *Higiene moral* a defender o Cristianismo e a apontar, na *Instruction Publique*, o colégio Caraça de Itu (e não o Colégio Pedro II, fundado pela Monarquia que ele tanto exalta) como o modelo educativo do seu tempo (1989. p.304).

3 A preparação x formação como objetivo do ensino secundário vem sendo questionada em trabalhos recentes. Como afirma Cláudia Alves (1994), essa forma de expor um dos aspectos centrais do ensino secundário reproduz afirmações presentes nos discursos de deputados provinciais no Congresso Imperial, além de dar autonomia, de maneira indevida, à educação, como se ela contivesse em si mesma (e não a partir da ação histórica e dos interesses de distintos atores sociais) a explicação para os impasses que enfrenta (1994. p.26).

Para Pires de Almeida, a religião cristã teve o mérito de reformar os costumes ao defender a castidade, impor o celibato, pregar a continência acima das forças da natureza humana e tornar a monogamia uma lei sagrada. Ante a moral religiosa, a luxúria tornou-se pecado e a pudicícia foi convertida em honra (1906. p.21-2). Se a admiração desse autor pelo cristianismo não fica logo evidente na *Instruction Publique*, quando apresenta as vantagens e desvantagens das escolas mistas, tema discutido pelos *instituteurs* — termo com que Pires de Almeida designa os professores primários da capital da República reunidos nas Conferências Pedagógicas —, ela salta aos olhos na apresentação que faz da concepção da formação dos professores sob o ministério do conselheiro Leôncio de Carvalho, defensor das teorias da liberdade completa em matéria de ensino (1989. p.181-8).

Ainda usando o mesmo expediente de relatar posições a favor e contra a formação religiosa, o autor deixa transparecer a tensão não resolvida do seu pensamento ao querer discernir o papel do padre e do institutor junto aos seus alunos. Parece-lhe equitativo e justo que ao padre caiba o ensino do dogma e ao institutor o ensino da moral. No entanto coloca uma questão: seria possível ensinar a moral sem a religião? Para os que acreditam na existência de uma moral independente e na capacidade de o homem fazer escolhas adequadas sem a crença em Deus e na imortalidade da alma, o autor aponta um “duplo erro” que estaria baseado no conhecimento que tem do homem, das suas faculdades, dos seus instintos, de seus motivos para agir, de sua história: para ele, se se suprimisse a idéia de Deus, a moral careceria de base; se se suprimisse a idéia de imortalidade da alma, a moral careceria de sanção (1989. p.187-8).

Essa postura de Pires de Almeida sinaliza a posição da própria área médica em relação ao saber religioso. Como salienta Micael Herschmann, se o saber médico disputava com o saber religioso a condição de conselheiro junto às famílias nos centros urbanos, já que nas áreas rurais o predomínio da Igreja era hegemônico, ele passou — sem descartar as tensões das propostas de médicos e clérigos — a estabelecer, por intermédio dos seus profissionais, áreas de atuação complementares. O projeto de regeneração social, que é o dos intelectuais médicos e, portanto, também o de Pires de Almeida, levava-os a colocarem a ciência ao lado da virtude e do bem-estar do organismo social. Já ao final do século XIX, os médicos reivindicavam um espaço, junto ao Estado, não propriamente para substituir a Igreja, mas para completá-la na sua tarefa moralizadora (Herschmann, 1993. p.43).

O resguardo dos bons costumes familiares provocou um acordo tácito entre o campo médico e o religioso. Quem ousasse rompê-lo sofreria não só duras críticas, mas a marginalização na própria área de atuação, como aconteceu na década de 30 do nosso século, com o dr. José Albuquerque, médico higienista que ousou enfrentar a Igreja, ao tornar o tema da educação sexual, até então periférico nas discussões

intelectuais e verdadeiro tabu da época, o centro das suas reflexões. Ao levar suas idéias científicas e evolucionistas ao extremo, na defesa da prostituição, do divórcio, do controle da natalidade e da educação sexual nas escolas, Albuquerque provocou a ira dos setores mais conservadores da elite dirigente, que o excluíram dos grupos decisórios e relegaram-no ao esquecimento (Herschmann, 1993).

A trajetória de Albuquerque ajuda-nos a entender o silêncio de Pires de Almeida na *Instruction Publique* quanto à necessidade da educação sexual, e à sua ambigüidade na *Higiene moral*, que acusa e ao mesmo tempo defende, em nome da família, a prostituição. Se nessa última obra Pires de Almeida historia a decadência moral da sociedade brasileira, iniciando suas acusações pelos padres da Colônia, particularmente os jesuítas — à exceção, como ele diz, dos “Nóbrega” e dos “Anchieta” —, na *Instruction Publique* passa ao largo dessas complicadas argumentações, reduzindo ao máximo o exame da contribuição dos jesuítas como nossos primeiros educadores e tampouco fazendo a eles qualquer crítica. Já na *Higiene moral*, os palácios e conventos aparecem como os grandes focos de libertinagem em todas as eras (Almeida, 1906).

Se a escritura do médico é permissiva, a do historiador da educação não o é, muito menos quando discorre sobre a formação do educador; Pires de Almeida exige grande moralidade, instrução sólida, vocação especial, devotamento contínuo. Só o internato seria, em sua visão, adequado ao atendimento destas finalidades (1989. p.101 e 164).

Árida na sua minuciosa descrição, a nossa primeira história sistematizada da educação brasileira vai revelando os comprometimentos políticos e ideológicos do seu ator, um conservador, mas não um conservador qualquer. Ao contrário do conselheiro Paulino José Soares de Souza, que, apesar de “conseqüente, lógico e sincero” não se colocou do “lado humanitário” com relação à questão da escravatura, configurando-se, portanto, claramente como um “conservador duro”, Pires de Almeida se apresenta no meio-termo: nem abolicionista, pois não pretende atentar contra a fortuna privada de um importante número de cidadãos, nem radical como os duros que não admitiam, nesse assunto, qualquer atenuação (1989. p.118-9). Ser um “conservador avançado” era dialogar com liberais como Leôncio de Carvalho e Rui Barbosa, apesar de apontar-lhes as contradições e criticar-lhes as propostas. Era admirar e elogiar os conservadores duros, aceitando ora mais ora menos a idéias defendidas pelo movimento emancipador. Era criar um espaço de mobilidade entre as rixas dos dois grupos⁴.

4 Os conservadores, em meados do século XIX, eram dirigidos pela “trindade saquarema” da qual faziam parte além de Paulino José Soares de Souza, Rodrigues Torres e Eusébio de Queirós. Como afirma Ilmar R. Mattos, eles constituíram o núcleo de um grupo que, entre os últimos anos do período regencial e o renascer liberal dos anos 60, alterou os rumos da “ação” e não só imprimiu o tom, mas também definiu o conteúdo do Estado Imperial (1984. p.158).

Ao elogiar as iniciativas educacionais da província fluminense, num livro lançado em pleno momento de esfacelamento do governo monárquico, e defender a "difusão das luzes", esquadrinhando com o seu olhar de médico o espaço da cidade, seus locais de prostituição, suas habitações, seus hábitos alimentares e sexuais, Pires de Almeida produz e se produz no movimento de expansão horizontal do poder conservador. Assim pode ser compreendida a sua atividade constante de publicista, com artigos divulgados em jornais da capital do Império e da província de São Paulo, e de romancista e teatrólogo.

Sua obra de divulgação da instrução pública no Brasil é uma espécie de grito pela sobrevivência social de uma classe. Centrada no sentimento aristocrático, síntese da visão política e da sociedade brasileira desde meados do século XIX, tinha como pano de fundo a intervenção direta do médico, representante do Estado imperial no governo da casa e no mundo da desordem. Seu elogio à Coroa era, portanto, coerente com a sua defesa da ordem, do princípio monárquico em contraposição ao princípio democrático. Conforme os conservadores (ou saquaremas), observa-se nele particularmente o deslocamento do primado do "político" para o "social" no que se refere à dimensão pública, como também a redução da atividade política à atividade administrativa.

É deste ponto de vista que Pires de Almeida, no seu livro, incorpora argumentos liberais, subordinando-os, porém, à sua postura conservadora e expondo, apesar dos elogios, seus equívocos e os nefastos efeitos de suas realizações, mas sempre por intermédio de outros autores. É também desse ângulo que elabora uma rápida crítica aos socialistas europeus que se limitavam, em sua apreciação, a propor a opressão do homem, pretendendo torná-lo um instrumento mais ou menos útil do Estado.

Na visão de Pires de Almeida, a história da educação brasileira, apesar do esforço precursor dos jesuítas, cuja obra escolar aparece sumariamente relatada nas primeiras dez páginas do seu longo texto, tem seu ponto de origem com a chegada de D. João VI ao Brasil. Esse marco é o ponto de partida da sua periodização e condensa vários significados: o início da legitimação política do país, a criação de uma idéia de Império, a possibilidade da independência do país já em germe, o nascimento da idéia de uma educação nacional, a presença da ciência, mediante os relatos de viajantes, que descortinaram as grandezas do país: rios majestosos, esplêndidas cataratas, luxuriante vegetação, solos ricos e férteis, jazidas minerais de incalculável valor. Os períodos que se seguem e que, para comodidade do leitor, o autor dividiu de 1834 a 1856 e de 1856 a 1889 são apenas desdobramentos daquele evento fundador que, em sua perspectiva, sintetiza a história da sociedade em que viveu, suas características morais, políticas e administrativas (1989. p.306).

A construção apoteótica desse evento fundador na *Instruction Publique*, que aparece sob o signo da abertura — dos portos, dos cursos, das academias,

das bibliotecas, da imprensa e da ampliação da cultura, particularmente da música e do teatro — contrasta com a leitura que Pires de Almeida faz deste mesmo evento na obra *Higiene moral*, na qual relaciona a chegada da família real à propagação dos costumes libertinos e a abertura dos portos ao aumento da população e ao crescimento da prostituição. No primeiro quartel do século XIX, as mulheres açorianas, trazidas sob o pretexto de procurar colocação no Rio de Janeiro, vinham, de fato, segundo o autor, diminuir a pederastia que lavrava no comércio local da capital do Império. O ócio, a riqueza adquirida sem trabalho e o mau exemplo dos escravos somavam-se a esses fatos, na sua perspectiva, para alimentar a degenerescência dos costumes. Também não aparece na *Instruction Publique* que a instalação da Imprensa Régia foi acompanhada da criação da censura prévia. Esta informação emerge, porém, no elogio histórico que o autor faz a D. Pedro I, justamente porque a teria abolido (1885).

Essa manobra de selecionar informações demonstra a capacidade de Pires de Almeida de manipular a escrita criando, a sua maneira, uma cortina de fumaça sobre certos eventos e iluminando outros, de forma a enaltecer as figuras reais. O mesmo poder seletivo aparece na forma de apresentação de certos temas. Defende uma História do Brasil que promova o espírito nacional, em contraposição ao espírito local, o que o leva a se indispor contra o federalismo, tema da ordem do dia no período em que escreve. Sua obra pretende-se exemplar quando indica como conteúdo para a História do Brasil das escolas primárias e secundárias a aprendizagem dos três reinos.

A tentativa de desbancar a pretensa superioridade da Argentina e afirmar o Brasil dentro da América do Sul, em termos da sua capacidade de instrução pública, significa mais do que uma comparação ufanista. É uma forma de afirmar a Monarquia contra as experiências republicanas na América Latina. A República colocaria em risco o sonho da unidade nacional, já tão difícil de concretizar pela diversidade das províncias, das leis, do povo, das escolas e até do caos ortográfico que permitia a redação de certas palavras de até três maneiras.

A busca da unidade nacional condiciona obrigatoriamente a história da instrução pública que Pires de Almeida escreve e estabelece uma hierarquia entre dois conjuntos de significados: por um lado, os problemas da instrução, conjunto que remete aos temas do governo, do ensino público, ensino livre, ensino obrigatório, ensino religioso, ensino primário, ensino secundário, superior e ensino voltado para a formação docente; por outro lado, os problemas da educação, conjunto que remete aos temas dos costumes da ordem privada, do mundo do trabalho e da desordem (da rua, dos desocupados, enfim, dos excluídos da ordem social). O primeiro conjunto de significados é o alvo da história da instrução pública, mas se subordina ao segundo, embora este apareça desfocado no texto, como se todo o esforço do autor fosse empurrá-lo para uma espécie de subsolo da escrita.

O historiador da educação trata dos problemas da escola à luz da experiência médica, que lida, sobretudo, com a saúde do corpo e do espírito. Enclausurado no âmbito da normatividade, o discurso médico usa as estatísticas como expressão dos fatos educacionais (leia-se, da verdade histórica) e os instrumentos legais como arma de acusação e ideal normativo a ser seguido, apesar das dificuldades práticas resultantes da resistência dos costumes públicos. A legislação, código instaurador ou gesto criador dos "fatos", é produzida pela classe proprietária, branca e letrada, que aparece não só como "universal" mas também marca, em última instância, a força do monarca e não do poder legislativo ou do povo. Destaca como sinais de caridade e generosidade intelectual dos dirigentes, tanto a sua presença nos exames, como na distribuição de prêmios e nas festas de aniversários de fundação dos estabelecimentos de instrução.

A narração tecida a partir da legislação enfatiza a necessidade de governar, assim como seus obstáculos, circunstâncias e modos. Sem dúvida, a experiência de Pires de Almeida durante três anos como aluno da Faculdade de Direito — curso que abandonou ao ingressar na Faculdade de Medicina — e como arquivista da Câmara Municipal ofereceu suporte adequado à empreitada. A ênfase na lei também transfigura e sacraliza o ideal educativo. Diz o autor:

a direção (...) que se deve dar aos conselhos e às lições varia com o tempo e com o indivíduo a educar. É uma conversão idêntica àquela que, entre os silvícolas fizeram os Anchieta e os Nóbrega. É obra de catequese. (1906. p.256)

A tentativa de compreender os motivos e as circunstâncias do primeiro livro sistematizado de história da educação brasileira tem colocado perspectivas e questões que merecem ser aprofundadas metodologicamente. Ao nos propormos a interpretá-lo, estamos ao mesmo tempo criando outros sentidos para a obra estudada e junto com eles instituindo instrumentos de captação e elaboração de significados. Uma pergunta que se impôs, a partir da leitura de José Pires de Almeida, é se essa obra foi, de fato, a obra fundadora da história da educação brasileira.

A PRIMEIRA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E OUTRAS HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO

Uma obra fundadora não é necessariamente a primeira, em ordem cronológica, a aparecer na literatura. Sem deixar de levar em conta a cronologia, os aspectos para os quais estou atenta são aqueles sinalizados por Eni Puccinelli Orlandi e que retomo em função da pesquisa em andamento, ou seja, a historicidade dos livros de história da educação, do historiador que os produz e a dos próprios processos de narrar. É particularmente esta última que mais interessa. Isto é, trata-se de pensar como diferentes formas de narrar se relacionam e se constituem. Neste caso, a obra fundadora seria aquela cujo modo de narrar se instalaria não só como possibilidade, mas

como *regra de narração* para outros textos (1993. p.23-5).

É possível admitir que o livro de José Ricardo Pires de Almeida não constitua uma obra fundadora da história da educação brasileira. Apesar de trabalhar uma temática-eixo como a organização escolar, o livro não foi destinado ao ensino nas Escolas Normais e Institutos de Educação, só muito recentemente tendo sido divulgado. Praticamente não é citado em outras obras de história da educação.

Sua aspiração à unidade nacional e, em decorrência, a defesa da centralização do ensino em contraposição à descentralização — problemática obrigatória da época — acalenta a idéia de um sistema nacional de educação, presente nas reivindicações dos escolanovistas ao Estado nas primeiras décadas do regime republicano. O rastreamento dessa idéia pode demonstrar como certas teses do liberalismo foram construídas, reapropriadas pelos "conservadores avançados" nos debates parlamentares do Império e, mais ainda — o que em particular interessa —, como fecundaram não só a temática-eixo já referida, mas também uma forma de abordagem ancorada na minuciosa pesquisa em documentos do poder legislativo e executivo. A abordagem dava expressão estatística aos "fatos educacionais" e legalista aos projetos de reforma, que, em última instância, defendiam uma formação cristã⁵.

A vitória do regime republicano condenou o livro ao esquecimento até ser traduzido e relançado em 1989. O processo de secularização da República e as reformas de instrução pública das décadas de 20 e 30 modificaram não só os cursos de formação docente através dos Institutos de Educação, mas principalmente interferiram na maneira de interpretar a realidade social e escolar. Essa nova forma de interpretação pretendia se opor ao significado integrador da religiosidade, mas isso de fato não ocorreu, em virtude da peculiaridade com que se articulou à interpretação sacralizada da vida social, no âmbito da escola. Esta manteve o apelo soteriológico, que conviveu com as racionalizações trazidas pelas ciências humanas e pelas técnicas de controle social em desenvolvimento nas primeiras décadas do século XX.

5 O rastreamento da idéia de uma educação nacional no Brasil pode ser realizado, segundo Geraldo Bastos Silva (1977), a partir das seguintes fontes: *Rapport et Projet de Décret* apresentado por Condorcet à Assembléia Legislativa Francesa em 1791; Projeto de Organização da Instrução Pública, elaborado por Garçon Stockler a mando do Conde da Barca, Ministro de D. João VI; *Memória sobre a reforma dos estudos na Capitania de São Paulo*, de Martim Francisco Ribeiro de Andrada — documento que iniciou, nos debates parlamentares, a teorização das teses pedagógicas; artigos do *Correio Braziliense* de Hipólito José da Costa, editados na Inglaterra; *Lembranças e Apontamentos* de José Bonifácio de Andrada e Silva, documentos relativos aos debates parlamentares indicados por Primitivo Moacir, *A Instituição e o Império* (São Paulo, Nacional, 1936) e Josephina Chocia, *A Educação brasileira; índice sistemático da legislação (1808 a 1889)* (São Paulo, Faculdade de Filosofia de Marília, 1963).

Tais circunstâncias propiciaram a emergência e a consolidação de uma regra narrativa por meio da qual identifique a primeira obra da história da educação brasileira e a terceira em ordem cronológica na nossa listagem: *Noções da História da Educação*, de Júlio Afrânio Peixoto, lançada em 1933, com uma tiragem de 1000 exemplares, pela Editora Nacional, na coletânea *Atualidades Pedagógicas*⁶. As *Noções* foram escritas, como afirma o autor no prefácio, para sistematizar conhecimentos, ordenar o conhecido e preencher as lacunas do corpo docente, decorrentes da dificuldade de sua atualização com as novas aquisições da pedagogia. Sobre as *Noções*, diz o autor:

Aqui está, pois, o livro. É o primeiro dos nossos, precursor do qual não se deve exigir muito. Não poderia ter tudo. Tem, entretanto, um pouco de tudo, e até de história da educação (...) Era preferível uma perspectiva panorâmica a campos microscópicos meramente documentais. A finalidade era menos histórica, que educacional, mais de evolução de algumas idéias, do que da cronologia de alguns fatos. (Prefácio)

Nesta breve menção ao prefácio de *Noções* o que chama mais atenção não é propriamente a consideração do autor, professor de História da Educação do Instituto de Educação do Distrito Federal, de que o seu livro é o primeiro (se bem que, com este procedimento, ele apague os precursores contra os quais de fato pretende estabelecer uma ruptura de filiação); o que quero realçar é, sobretudo, a separação que o autor estabelece entre campos microscópicos meramente documentais e perspectiva panorâmica e a distinção que faz entre finalidade menos histórica e mais educacional, entre evolução de algumas idéias e cronologia de alguns fatos.

Com essa operação, ele cria dois conjuntos de significados, demarcando lugares de conhecimento e, a partir deles, delimitando o lugar da história da educação. O conteúdo pertinente ao lugar educacional — uma formulação abstrata que transforma a educação em seu próprio sujeito e objeto — apresenta uma perspectiva panorâmica e relata a evolução das idéias pedagógicas. Ao deixar de lado a pesquisa em fontes primárias e eleger a compilação comentada como forma de trabalho, o historiador da educação apresenta a história da civilização como palco de experiências, das quais filtra modelos para o presente e para o futuro e através dos quais reforça a convenção brilhantemente criada pela Sociologia de que educar é fazer crianças e adolescentes adquirir hábitos sociais. É, segundo Afrânio Peixoto, “transmitir a herança social entre a Biologia e o Direito” (1942. p.348).

Liberta da ida às fontes arquivísticas, importante legado da história positivista, e caminhando ao lado da “ciência da educação”, encarnada nas pesquisas sociológicas e psicológicas, a história da educação tornou-se o instrumento não só de apoio e controle para a compreensão dessas novas “ciências”, mas também de legitimação de um território de ação e de um novo profissional definido como portador de um saber operatório, endossado pela área médica.

Ao deslocar o eixo da organização escolar para o pensamento pedagógico, Afrânio Peixoto percorre seletivamente idéias pedagógicas da idade antiga à contemporânea e coloca como ponto alto do processo evolutivo as conquistas da Psicologia através da pedagogia da Escola Nova, ponto de chegada da educação escolar, concebida como *noviciado* da sociedade. A educação, diz ele, é o caminho que vai do real ao ideal (1942. p.350). A história da educação tornou-se um enredo com caráter teleológico. Produziu-se sua dissociação da política, e o caráter filosófico, ainda condicionado pelo cristianismo, se estabeleceu como seu espaço de referência primordial. Essa história da educação instaura um lugar para a educação e para um grupo de educadores. Afrânio cria uma tipologia em que a combinação da multiplicidade das experiências educativas generaliza o lugar da educação, e o educador singular, produzido socialmente, desaparece na virtude da sua ação. Aí, como na hagiografia, o que conta é o personagem.

O livro de Afrânio Peixoto merece uma análise acurada que não temos condições de apresentar neste texto. É, no entanto, não só citado por Fernando de Azevedo, Theobaldo Miranda Santos, Ruy de Ayres Bello e José Antonio Tobias, como também mencionado por tradutores de obras de história da educação estrangeiras. José Severo de Camargo Pereira, ao prefaciá-lo, o livro de Anibal Ponce, *Educação e luta de classes*, na década de 60, faz alusão direta ao livro de Afrânio Peixoto como um dos únicos de história da educação na sua época estudantil na cidade de Piracicaba, no interior de São Paulo (1981. p.9). Esses dados indicam que *Noções* foi o texto fundador de uma certa maneira de narrar a história da educação. Como essas regras narrativas permaneceram nos vários livros de história da educação em outras conjunturas históricas? Quais os motivos dessa permanência?

Ao tentar destacar os sentidos dos livros examinados, parece que eles são construídos através de relações intratextuais (lógicas, lingüísticas), extratextuais (entre texto e conjuntura) e intertextuais, o que exige a multiplicação de esforços para estender o horizonte da leitura e caminhar além do livro em exame, com a finalidade de descobrir relações significativas e repor o quadro de referência das obras estudadas, não só resgatando a sua peculiaridade, mas ultrapassando-a reflexivamente. Este é o desafio e o ato de coragem da pesquisa com os livros de história da educação: construir a erudição que nos falta e nos abrimos a ela e à ameaça dos seus riscos, que são muitos.

6 O segundo livro de história da educação brasileira que localizamos na pesquisa é o do baiano Raul Alves, *Esboço histórico e crítico geral da Educação* (Rio de Janeiro, Pongetti, 1928). Durante seis anos, Alves foi membro da Comissão de Instrução da Câmara dos Deputados da República. Elaborou estudos de religião comparada e ensino popular e análises sobre o papel do Estado, da sociedade e da família na educação. Ele declara, na apresentação do seu livro, tê-lo escrito para divulgar suas idéias na defesa da instrução pública como membro do parlamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Elogio histórico de D. Pedro I, egrégio fundador do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: 1885.
- _____. *D. João VI, rei de Portugal e dos Algarves e imperador titular do Brasil: elogio histórico*. Rio de Janeiro: 1885.
- _____. *Higiene Moral — Homossexualismo (A libertinagem no Rio de Janeiro)*. Estudo sobre as perversões do instinto genital. Rio de Janeiro: Laemmert & Co, 1906.
- _____. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. História e Legislação. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC. Tradução de Antonio Chizotti, 1989.
- ALVES, Cláudia Maria Costa. *Ensino Secundário no Rio de Janeiro (1835-1915): a força da tradição*. Projeto de Doutorado apresentado ao IFCS da UFRJ, 1994. (mimeo)
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacrameto. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988.
- HERSCHMANN, Micael Maiolino. *Os Poetas do progresso. O discurso médico e a construção do Brasil Moderno — 1870/1937*. Rio de Janeiro, 1993. Diss. (mestr.) ECO/UFRJ
- LIMA, Magali Alonso de. *A Educação como solução dos problemas políticos, econômicos e sociais em José Liberato Barroso e Aureliano Cândido Tavares Bastos*. Niterói: s/d, mimeo, p.27.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo saquarema*. São Paulo, 1984. Tese (dout.) Depto. de História da FFLCH/USP
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo sentidos. In: PUCCINELLI, Eni Orlandi (org.). *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: 1993.
- PEIXOTO, Júlio Afrânio. *Noções de história da educação*. São Paulo: Nacional, 1942.
- PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. São Paulo: Cortez, 1981.
- VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. *A Primeira escola normal do Brasil — uma contribuição à história da formação de professores*. Niterói, 1990. Diss. (mestr.) ESE/UFF.
- SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Nacional, 1969.
- _____. A Idéia de uma educação brasileira e a lei de 15 de outubro de 1827. *Educação Brasileira*. Rio de Janeiro, n.24, v.6, p.8-17, abr./set. 1977.
-